

Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas

Raquel Cunha¹

Flávio Leonel Abreu da Silveira²

Memórias e paisagens

As memórias que corporificam este trabalho visam explicitar através de diferentes e novos olhares, o Golpe Militar de 1964 na cidade de Belém (PA). A proposta do artigo em questão é a de trazer à tona as narrativas dos sujeitos³ que o vivenciaram e faziam parte dos grupos que, naquele momento, encontravam-se do outro lado da história, ou ainda, na posição não narrada pela história oficial, por corresponderem ao lado conhecido pela versão dos militares - por intermédio de categorias acusatórias e estigmatizantes (Goffman, 1980) - relacionado às imagens do “subversivo”, do “comunista” e do “esquerdista”.

Há, portanto, no contexto belenense uma nebulosa em torno de tais sujeitos, vinculada aos “subterrâneos” de uma memória oficial que, se não nega a experiência do Outro, “o torturado”, “o preso político”, parece escamotear o fato, ainda que se trate de pessoas cuja presença no cenário intelectual da metrópole seja inquestionável. Considerando o pensamento de Michael Pollack sobre a constituição flexível da memória por personagens diversos, cabe dizer:

¹ Universidade Federal do Pará, Brasil.

² Universidade Federal do Pará, Brasil.

³ Este artigo é resultante de um capítulo da monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais/antropologia (2008), orientada pelo Prof. Dr Flávio Leonel Abreu da Silveira. Foram entrevistadas cinco pessoas entre 2007/2008: Prof. Dr. Heraldo Maués (Antropólogo/UFPa), na época do Golpe Militar era professor de História, quando estudante da graduação em História fez parte da Ação Popular (AP); Padre e Diretor/ator teatral Cláudio Barradas, na época atuava como ator e diretor teatral e sofreu algumas sanções da censura; Prof.^a Dr.^a Violeta Refkalefsky Loureiro (Socióloga/UFPa), esposa do Professor Paes Loureiro, na época estudante do científico no Colégio Paes de Carvalho, namorada do então estudante Paes Loureiro; Prof. Dr. João Jesus de Paes Loureiro (Poeta e professor de Semiótica da UFPa), na época estudante do curso de Direito da Universidade do Pará, diretor e criador do Departamento de Arte Popular (DAP), que funcionava na União Acadêmica Paraense UAP) e foi considerada uma célula do Centro Popular da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE); e o Publicitário Pedro Galvão (proprietário e diretor de uma agência de publicidade de Belém), na época acadêmico do curso de Direito, Presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) e integrante da Ação Popular (AP). Além das entrevistas feitas durante a pesquisa de campo, algumas narrativas foram recolhidas do livro 1964. *Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. dos Autores, 2004. Este livro contém a narrativa de alguns episódios ocorridos antes e durante o Golpe de 1964 em Belém, vivenciados por oito jovens (dentre eles Pedro Galvão e Paes Loureiro) paraenses, que narram seus posicionamentos e suas trajetórias no contexto que se instaurava e mudaria suas vidas e de toda nação.

a memória é constituída por *pessoas, personagens*. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (Pollak, 1992: 02).

É preciso explicitar que os processos de significação da memória aqui trabalhados são qualificados a partir da categoria discutida por Pollack, como “memórias subterrâneas”. Tais memórias são internalizadas e processadas por narradores que são verdadeiros “guardiões” (Benjamin, 1980) de memórias obscuras, uma vez que passaram por processos traumáticos, ocasionados por guerras, turbulências políticas de grande abrangência e de teor violento tanto físico quanto simbólico para a sociedade que os vivencia.

Esses processos, por vezes culminam no desaparecimento de grupos humanos, de aspectos culturais e simbólicos relevantes àquele(s) grupo(s), na destruição e transformação física dos espaços e da natureza – ou seja, processos que acabam exterminando esferas de significância vital a experiência social humana pela via da fragmentação dos corpos e dos sentidos (Taussig, 1993).

As memórias subterrâneas aqui tratadas visam mostrar a violência tanto simbólica quanto física, sofrida pelos estudantes e artistas que vivenciaram o regime ditatorial na cidade de Belém. Nas entrevistas, dois episódios foram mais freqüentes na dinâmica de rememoração, ou ainda, no trabalho da memória (Bosi, 1994), quais sejam: o episódio ocorrido no Seminário Latino Americano de Reforma do Ensino Superior (SLARDES) e a invasão da União Acadêmica Paraense (UAP). Ambos serão discutidos neste artigo a partir das devidas narrativas sobre os episódios, deixando claro que os interlocutores faziam parte de uma “comunidade afetiva” (Halbwachs, 2006) ligada a práticas culturais na cidade, seja pelo fato de serem universitários ou de participarem de atividades relacionadas a produção artística.

No dia 30 de março de 1964 os estudantes da UAP estavam concentrados no auditório da Faculdade de Odontologia do Pará⁴, que ficava aos redores da Praça Batista Campos, situada no bairro de mesmo nome. Era o dia de abertura do SLARDES –

⁴ A Universidade na década de 1960 ainda não havia passado pelo processo de federalização, que ocorreria nos anos subseqüentes ao Golpe Militar. Ainda em 1964, era chamada Universidade do Pará, como assim encontramos nos editais de vestibular, publicados em diversos jornais de época na cidade. Os cursos encontravam-se distribuídos pela cidade. Somente na década de 70 o campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) seria construído, aglutinando todos os cursos em um só espaço. Nesta ocasião o reitor era o professor Silveira Neto – reitor este que apoiou a ditadura, sendo conivente com a cassação de cargos de professores e técnicos, como também com o afastamento de alunos da universidade, a mando dos militares.

Seminário Latino Americano de Reforma do Ensino Superior. Estudantes de vários países da América Latina aportaram na cidade para participar das discussões que ocorreriam no evento. Porém, estudantes que faziam parte do que se convencionou denominar de “direita”, articulados pelo coronel Jarbas Passarinho, invadiram o auditório com intuito de causar ali um alvoroço e a prisão dos estudantes de “esquerda”. No momento, os primeiros usavam lenços brancos em seus pescoços que os distinguiam dos outros estudantes, a fim de serem identificados pela polícia quando entrasse no auditório. Tudo estava planejado, como é possível perceber pelas falas dos interlocutores:

Era para ser uma ação sincronizada entre os invasores, filhos de fazendeiros em sua maioria, e uma força da Polícia Militar do Estado. Por sorte, um daqueles rapazes [que fazia parte dos chamados “lenços brancos”], o Mickey Lobato, esporeado pelos nervos, detonou a invasão alguns minutos antes do tempo. A tropa só chegaria depois, quando já conseguiríamos serenar os ânimos.

Mickey entrou berrando palavrões, interrompendo o discurso do representante da Nicarágua, se esta miserável memória não me trai. O braço do muchacho parou no ar, em meio a uma frase de efeito. Ele ficou gaguejando algo como “em nombre de los pueblos latino-americanos”, enquanto Mickey Lobato e outros rapazes – entre eles um garoto de 17 anos que mais tarde passei a admirar, chamado Paulo Chaves Fernandes – gritavam “vamos acabar com esta merda, bando de comunas filhos da puta”. Lenços brancos no pescoço, para não serem confundidos pelos nossos pela PM, eles avançavam em direção à mesa onde, na posição mais vulnerável, a mosca do alvo, eu presidia a sessão. E aí o pau quebrou. (Galvão, 2004: 21).

Este episódio era o prenúncio do que ocorreria no dia 1 de abril de 1964. Os estudantes resolveram mudar o local do SLARDES para a sede da UAP (União Acadêmica Paraense), no dia seguinte à invasão dos lenços brancos. No país os acontecimentos do dia primeiro foram decisivos para a tomada de poder dos militares, como vemos:

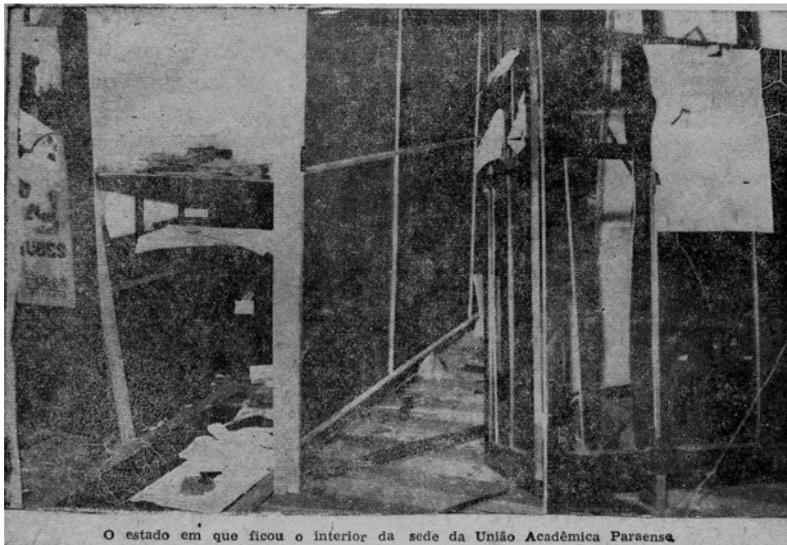
As principais posições já estavam conquistadas pelos militares golpistas no dia 1º de abril de 1964. João Goulart não ofereceu resistência, malgrado algumas demandas nesse sentido, provenientes de assessores diretos do presidente virtualmente deposto. Ele voou do Rio de Janeiro, onde estava, para Brasília e, de lá, decidiu seguir para Porto Alegre. Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil de Goulart, e Waldir Pires, consultor-geral da República, tentando evitar caracterização de uma fuga, rapidamente redigiram um ofício ao Congresso Nacional informando sobre o deslocamento do presidente. Eram já as primeiras horas da madrugada do dia 2 e nem havia datilógrafos disponíveis. O cuidado se explicava, porque o presidente não poderia se ausentar do país sem autorização prévia do Congresso: tratava-se de registrar que o deslocamento se dava *dentro* do território nacional. Às 2h40min do dia 2 de abril de 1964, em uma sessão fulminante, mesmo informando de que Goulart estava no país, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou vago o cargo de

presidente da República, sob o protesto de alguns parlamentares do PTB. Pronto: estava consumado o golpe de 1964 (Fico, 2001: 33/34).

Os estudantes reunidos na UAP, neste primeiro dia de abril, em ação que denominaram “com ingênua pompa, de ‘vigília cívica pela democracia’. Denunciávamos o golpe militar em marcha, através de um alto falante que retransmitia a programação da ‘Rede da Legalidade’” (Galvão, 2004:18) – os estudantes foram surpreendidos por uma marcha militar, que se direcionava a frente da UAP. A partir daí, deitados nas calçadas e no asfalto posicionaram suas metralhadoras contra os estudantes. Sob o comando do coronel José Lopes de Oliveira, conhecido como “Peixe-Agulha”, o prédio foi invadido pelos soldados, os quais quebraram tudo o que havia em seu interior, desde a mobília até o Teatro de Arte Popular que havia nos fundos da sede dos estudantes.

As fotos abaixo retiradas do jornal “A Folha do Norte”, dos dias 01/04/1964, matéria de título “Congresso Estudantil – Desde Depois das 15 horas de ontem a Polícia guardava o prédio da UAP” (p.12) e 02/04/1964, de título “Contingente Militar acabou a reunião dos estudantes” (p.14), mostra a fachada do prédio da UAP e o estado em que ficou parte dos cômodos da instituição estudantil, devido à invasão violenta dos militares no dia primeiro de abril de 1964.





O estado em que ficou o interior da sede da União Acadêmica Paulista



A aparelhagem sonora das universidades foi destruída.

Para Balée (2006: 45), a paisagem é representante de um encontro entre espaço e tempo, natureza e história, sendo codificada na fala e sujeita a intervenção humana. Pensando assim, podemos concluir que as imagens então retratadas, se relacionadas com as falas dos entrevistados – que serão mostradas mais adiante -, quando descrevem o momento da invasão da UAP, constroem um retrato da época, uma paisagem do medo e do castigo, como aparece nos termos de Tuan (2005):

Durante sua história a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos. Dentre os muitos intrincados temas desta história, merecem especial atenção os seguintes: conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é, a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis... (Tuan, 2005: 251-252).

Os governantes, de medo que o seu mundo possa se desintegrar, usam a força para impor a ordem. Para que a força fosse um impedimento efetivo as autoridades outrora constituídas acreditavam que ela tinha que ser,

ao mesmo tempo severa e visível. O resultado foi a criação de uma paisagem de castigo. (Tuan, 2005: 279).

As narrativas mostram essa relação da destruição material dos espaços, revelando a demonstração de poder como injunção da ordem. O golpe se efetivava pela imposição de força por parte dos militares golpistas. Uma “paisagem do medo” era por eles criada para tentar impedir uma suposta “revolução” que seria realizada pelas esquerdas, com o argumento de que o golpe serviria para manter a ordem democrática. Esses militares passaram a se especializar cada vez mais em um aparelho repressor que demonstrou, efetivamente, uma faceta contrária a tentativa de manutenção de um regime democrático.

Os soldados entraram quebrando tudo. No comando, o coronel José Lopes de Oliveira já entrou dando um tapa no rosto de José Seráfico de Carvalho, meu colega na Faculdade de Direito. Rente a mim voavam pedaços da divisória de madeira e vidro na minha sala, arrebatados por um soldado a coronhadas de fuzil. Ergui uma das mãos, gritei “pare”, e o soldado parou. Lívido, sem saber o que fazia e o que fazer, o rapaz parou. Passei, por ele com a boca seca e o coração aos pulsos. Vi uma bandeira brasileira esvaçada no assoalho, vi a turma de estudantes de braços erguidos contra as paredes no salão, vi a brutalidade irracional investindo contra cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, equipamentos de som. Não vi, e foi melhor não ver, o nosso teatrinho ser destroçado, o Teatro de Arte Popular, que construímos no quintal da sede (...) Vi o medo no ar. (Galvão, 2004: 19-20).

Na mesma noite da invasão da UAP, quando muitos amigos já tinham sido presos, havíamos saído, Leonildes Macedo, Mário Elísio e eu, na Kombi colocada à disposição do Congresso pela FCAP (depois soubemos que o motorista era um informante, infiltrado para vigiar os estudantes). Fui à casa de D. Luiza, na Praça Brasil, pedir à Rosa e Luiz, seus filhos universitários de medicina, que tranquilizassem Violeta e minha família, dizendo-lhes que eu estava bem. Em seguida batemos à porta do Professor Amilcar Tupiassu, na rua dos Mundurucus, para saber alguma notícia. Quando saímos a Kombi e o informante não mais estava lá.

Seguimos a pé da Batista Campos pelo Conselheiro Furtado, na direção da Casa do Estudante, na 16 de Novembro, onde morava.

De repente, um jipe verde, com chapa branca, passou por nós velozmente. Logo adiante parou súbito, com ruídos de frio no asfalto. Para fugir à possível prisão, testemunhada apenas pelas mangueiras atônitas, corremos cada um numa direção, na esperança estratégica de que alguém conseguisse escapar.

Enveredei pela Tupinambás, no rumo de retorno à Mundurucus. Quando estava no meio do assustado caminho, fui surpreendido pelo jeep que dera a volta no quarteirão e estacou próximo de minha perplexidade. Com sofreguidão saltaram do carro pessoas fardadas e dois ou três em traje a rigor, saídos de alguma festa. E começaram a me bater, e bater forte.

Eu gritei. Tomei por alguns minutos, quase sem fôlego (Loureiro, 2005: 253-254).

Eu estava ouvindo o rádio quando eu soube da invasão da UAP, foi noticiada a invasão da UAP. Então, eu fiquei desesperada para ter notícias e tentei ir até lá na UAP. Quando eu cheguei lá, já estava tudo cercado.

Nesta época eu já não estava mais morando neste pensionato em frente à UAP, eu estava morando num pensionato na Braz Aguiar, ali ao lado daquele edifício que fica na esquina da Dr. Moraes. Eu tentei atravessar pra lá, para ver o que estava acontecendo e o quarteirão estava todo cercado de

militares, tudo, tudo, tudo fechado! Até porque numa das esquinas morava um militar de alta patente.

Acontece que o Hotel Vanja, onde hoje é o Crowne Hotel, estava em construção e muitos dos estudantes, correram para o meu antigo pensionato, atravessaram o pensionato, saíram na rua ao lado e subiram no prédio em construção. Então, uns, quando eles cercaram o quarteirão, saíram por dentro do nosso antigo pensionato, saíram e se esconderam na construção. Outros pularam muro pra trás e fugiram e os demais foram presos. Quando eu soube disso, eu fiquei sem ter notícias, se ele [Paes Loureiro] tinha sido preso, se ele tinha se escondido no prédio ou se ele tinha fugido. Eu fui saber uns dois dias depois, que ele não tinha sido preso naquela ocasião. Primeiro ele conseguiu escapar, depois é que ele foi preso. (Violeta Loureiro, entrevista em outubro de 2008).

As falas dos interlocutores demonstram cenas de terror e medo, além das tentativas de fuga, de espancamentos e destruições tanto morais, quanto físicas e simbólicas. Tuan (2005) ao descrever as paisagens do medo em diversas culturas e momentos históricos, aponta casos diversos, em países europeus e norte-americanos, em que o medo é causado por motivações e concepções ideológicas diferentes.

Na Europa, no final da Idade Média, o centro das cidades tinha pontos estratégicos, possuindo guilhotinas e forcas para mostrar publicamente que os indivíduos infratores das leis vigentes na época sofreriam punições públicas, como forma de exemplo à sociedade para que outros não cometessem os mesmos crimes. Por outro lado, nos Estados Unidos a violência e o preconceito contra os estrangeiros acabaram por segmentar a cidade em guetos, como forma de excluí-los. A cidade não possuía os espaços permitidos para a convivência em comum entre locais e estrangeiros. Tais espaços demonstravam a tensão do encontro – a complexa relação de proximidade e distância que a presença do estrangeiro instaura (Simmel, 1983) -, como mercados, áreas comerciais, assim como os locais de moradia se segmentavam, para manter a população estrangeira afastada. Negros, latinos, chineses e judeus eram vistos com maus olhos, principalmente os que não falassem a língua do país. Havia sempre um pavor de conspiração dos estrangeiros por parte dos cidadãos norte-americanos.

No contexto da Ditadura Militar, a cidade de Belém não tinha sua malha urbana extensa como hoje, naquele momento, a única via de acesso depois do bairro de São Brás, era a Avenida Almirante Barroso, não havendo ainda a atual Avenida Augusto Montenegro como área urbanizada e, nem mesmo, o município de Ananindeua.

Segundo Padre Cláudio Barradas, a cidade ia até o bairro de Souza. Ou seja, a vida urbana, os locais para o passeio público, as áreas comerciais se concentravam nos bairros do centro, como Campina, Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré, São Brás, entre outros, que à época eram consideradas áreas nobres.

Desta forma, analisando as narrativas das pessoas que viveram aquele momento e que constituíam a chamada esquerda, podemos perceber que a vida pública para alguns daqueles que haviam sido presos, começou a ficar muito restrita. O poeta Paes Loureiro foi preso por diversas vezes, sofreu prisão domiciliar e quase sempre quando saía para encontrar-se com amigos em bares, ou em outros locais. Desta forma, se, porventura, houvesse alguém que delatasse o encontro dos jovens em tais espaços, ou mesmo, se ocorresse uma batida policial, era levado ao cárcere.

Os locais das prisões se concentraram na área central da cidade, durante o primeiro momento da Ditadura, antes da deliberação do Ato Institucional nº 5 (1968), locais como a 5ª Companhia de Guarda, que hoje abriga o espaço da Casa das Onze Janelas⁵, no bairro da Cidade Velha e no prédio da Central de Polícia, local em que existiu o DOPS em Belém. Atualmente, neste ponto, funciona a Seccional Urbana do Comércio, dentre outros órgãos públicos, trata-se de um grande prédio que compreende parte da Rua Santo Antônio, um quarteirão da Travessa Frei Gil de Vila Nova e mais um trecho da Rua 28 de Setembro.

O quartel da Aeronáutica também foi citado pelo antropólogo Heraldo Maués, como local onde permaneceu preso em 1969, tendo sofrido torturas psicológicas e o chamado “telefone” (que constituía numa série de pancadas violentas nas orelhas da vítima, feitas com as mãos do agressor). Este quartel fica localizado no bairro da Pratinha, próximo ao aeroporto de Belém, já um pouco mais afastado da área central. Nesta época já havia começado o endurecimento das estratégias militares de punição e as pessoas começavam a sofrer torturas “mais elaboradas”, enquanto outras começavam a desaparecer.

Leis como a Suplicy (Lei nº 4.464) do ano de 1964, que viria a modificar a estrutura dos estabelecimentos de representação estudantil, extinguindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis, como também, proibindo a militância partidária dentro destes novos órgãos, acabou marginalizando os sujeitos que faziam parte dos diversos movimentos estudantis, assim como o Ato Institucional nº 5, que dentre diversas medidas proibia atividades ou manifestação sobre assuntos de natureza política.

⁵ Espaço de sociabilidade da cidade, possuindo restaurante, exposições de arte e vista para a Baía de Guajará, inserido no Projeto de Revitalização do bairro Cidade Velha, intitulado Feliz Lusitânia. Trata-se de um local de significativo fluxo turístico.

Estas leis acabaram estigmatizando os que participavam, ou mesmo, já haviam participado anteriormente ao AI5 de partidos políticos, bem como de movimentos estudantis, o que de certa forma acelerou o processo de perseguição aos estudantes e membros (ou antigos membros) de partidos políticos (Fico, 2004). Em 1968, os instrumentos e técnicas de tortura já estavam sendo difundidos nos porões da ditadura. Alguns militares brasileiros frequentaram cursos de especialização para o uso das técnicas e instrumentos de tortura, alguns dos oficiais que deram este treinamento eram norte-americanos (Fico, 2001; Martins Filho, 1987).

Os relatos contam um pouco acerca da forma como ocorreram as torturas e as perseguições em uma fase considerada mais branda da Ditadura Militar na cidade de Belém:

(...) eu fui preso no dia primeiro, aí fui preso na 5ª Companhia de Guarda, depois interrogado e solto no dia dois, entre o dia dois e o dia sete, eu fiquei em casa, saía para trabalhar, voltava pra casa, mas sobre o terror, na expectativa de ser preso como viria a ser (...) fui chamado nas escadarias do quartel general, entre dentes, assim, pelo coronel José Lopes de Oliveira, assim: Comunista safado!

Não fui torturado fisicamente não. Havia sempre ameaças, ameaças veladas, havia aquilo que a gente poderia chamar de uma tortura psicológica, que num momento daquele a gente sabia que as notícias vinham sendo filtradas, às vezes chegavam para nós que havíamos sido presos, eu fui preso na 5ª Companhia de Guardas, onde hoje é as Onze Janelas. E as notícias vinham dos acontecimentos, a gente acabava procurando saber, de alguma forma chegavam à gente, do que estava acontecendo no Brasil, das prisões. Mas a tortura naquele momento ainda não tinha se manifestado, assim como toda força, essa era uma coisa que vinha se formando assim, depois, à medida que o tempo foi passando e à medida que os militares foram se assenhoreando do poder, tomando consciência de todo o poder que eles tinham na mão agora e, na medida em que eles tiveram que interrogar pessoas, sem contar o seguinte, já havia gente lá dentro, pessoas treinadas pelos Estados Unidos, nessas técnicas de obtenção de informações, que incluíam a tortura. Hoje em dia, na base dos Estados Unidos de Guantánamo, eles utilizam vastamente essa estória, a tortura como método de obtenção de informações. Isso não é novidade, os Estados Unidos sempre pousam de bonzinhos, mas eles são tão cruéis como qualquer Estado que seja imperialista. (Pedro Galvão, entrevista em setembro de 2008)

O professor Paes Loureiro narra um dos momentos dentre os vários no qual foi preso e levado para a 5ª Companhia de Guarda. O registro abaixo relata que sua vida social foi aos poucos sendo dificultada. Sair para encontrar-se com os amigos em espaços públicos como a rua, uma praça, ou mesmo privados, como um bar, era sempre um risco, pois a qualquer momento poderia ser preso:

(...) alguma vez eu saí com os amigos para me encontrar, ali na Cova da Onça, que era um bar numa garagem, meio porão, aqui nesse largo aqui da Sé, que ficou exatamente ali naquela casa que foi queimada, o Bechara Mattar. Quando era ali, uma casa antiga e eram separadas as casas, tinha lá a

Cova da Onça que era um lugar que fez muito sucesso, porque era um dos poucos que tinha ar condicionado, então, nós nos reunimos uma vez lá para organizar um suplemento literário, que todo mundo poderia escrever, etc, e tinha gente que tocava violão também e, de repente chegaram pessoas, que nós não sabíamos como tinham sido avisadas para isso e começaram a tocar para aqui acolá umas músicas e nessas horas a gente já tinha bebido bastante, começava a tocar nos violões, músicas que eram comuns ao movimento estudantil e o dono da Cova da Onça, ficou apavorado, sorratamente foi até a 5ª Companhia e denunciou que tinha uma reunião subversiva lá.

Quando eu vi chegou um pelotão da 5ª Companhia. Botou pra valer: - Todo mundo, mãos pro alto! Tipo num filme de faroeste. E nós saímos, todo mundo pela praça, de mãos na cabeça e soldados com metralhadoras na nossa costa e fomos para a 5ª Companhia e lá foi feita uma triagem. Algumas pessoas foram liberadas, não tinha nenhuma implicação anterior. As colegas nossas que estavam lá, foram mandadas para aquela parte no segundo andar aqui da Polícia Civil, que era perto da Santo Antônio, onde ficava o DOPS. E eu e mais dois colegas ficamos no Pátio da Central ali mesmo (...) Por isso, durante muito tempo eu fiquei um pouco fora e também me resguardava muito de fazer visitas, porque as pessoas tinham muito medo na época, eu não queria ter o constrangimento de visitar as pessoas e as pessoas ficarem com medo da minha visita. (Paes Loureiro, entrevista em setembro de 2008)

Padre Cláudio Barradas descreveu uma situação em que conseguiu escapar de ser preso durante a Ditadura. Como ele era e ainda é um ator e diretor teatral conhecido na cidade, seus trabalhos tinham grande repercussão, notas nos jornais eram comuns falando sobre sua atuação e direção.

(...) lá eu fiz um espetáculo subversivo (na UAP), aliás, fiz não, eu ensaiei, era subversivo mesmo, era contra o Castelo Branco, que era o presidente. Chamava-se “Show da verdade com cantoria e razão”, gozado, isso foi antes de 67, entre 64 e 67.

Ensaíamos lá, já até de madrugada e o povo gritava: Comunistas! Porque junto tinham casas, né? Olha lá! O Simão Jatene é quem cantava e tocava violão, que ele é um excelente músico. A primeira mulher dele, que ele depois casou com outra, era cantora.

Ensaivamos lá e ninguém acreditava na cidade, que naquela época de ditadura, a gente ia fazer esse show, que era contra abertamente. (...) Porque acontece o seguinte, a censora federal, ou sei lá quem, proibiu tudo que é espaço que tivesse palco para ceder pra nós, quem cedesse entraria na Lei de Segurança Nacional, então, todos os espaços tinham se fechado.

Eles tinham conseguido um Teatro horrível, que já acabou, o Teatro São Cristóvão, sede dos motoristas. Bem, lá defronte onde é a residência governamental, que parece que é a Secretaria de Cultura. E eu vou caminhando pra lá, vou andando a pé, quando eu chego lá, nessa época eu trabalhava no SESI, quando eu chego, uma caminhonete pára apitando: piiiiiiii! - Cláudio, não vai pra lá porque não vai haver, está cheio de soldados. A gente vai ver um local fora da cidade. Então tá, eu fui andando para a minha casa.

No dia seguinte já batem na minha casa, eu já morava em um pequeno apartamento, em cima do... naquela rua Mundurucus, ... da Castelo, em cima de uma farmácia, hoje é uma Big Ben, era um amigo meu da Universidade de Letras, o Luiz, o Álvaro Luiz: - Babá eu vim te dar um abraço, o teu show tava uma coisa!

Eu digo: - Não houve. E ele: - Houve. Eu respondi: - Como? Não houve, eu sou o diretor do show, como houve?

Havia um camarada muito inteligente, o Jorge Vale, conhecido como Jorgito, depois foi embora de Belém, arquiteto, ele morreu

recentemente, uma pena! Arquiteto da equipe do Niemayer. O Jorge Vale muito... ele estava lá, estava lá na janela na sede dos motoristas. O Jorgito dizia assim: Olha, vão escamoteando para a sede da UAP, que nós vamos fazer, porque a polícia tomou conta de tudo, esqueceu a sede da UAP, então eles foram e uma parte do elenco estava lá....

Aí no dia seguinte o Liberal colocou assim: “Show da Verdade, Cantoria e Razão” era verdade. Isso deu uma coisa, tem gente que tava lá que perdeu o emprego, foi pra fora do Banco do Brasil. Comigo não aconteceu nada e eu queria era ser mártir, que eu achava bonito, romântico e não aconteceu nada porque, depois é que eu fiquei sabendo, foram chamados, muita gente se lascou... (Cláudio Barradas, entrevista em junho de 2008)

O professor Heraldo Maués em seu relato aponta para a existência de uma rede de informações que circulava dentro do país. Segundo informou foi abordado na sala de aula do Colégio Santo Antônio, onde lecionava História, por um antigo colega de turma do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (da época em que prestara serviço militar). Este o informou que o Chefe de Polícia Haroldo Julião, gostaria de conversar com ele na Chefia de Polícia, local onde funcionava o DOPS em Belém. Por sorte, um amigo advogado, chamado Ruy Souza Filho (atualmente juiz em Macapá/AP) estava presente durante a conversa e desconfiou que algo estranho estava acontecendo. O advogado resolveu acompanhá-lo à Chefia de Polícia. Chegando ao local, o Chefe de Polícia informou ao professor Maués que, na realidade, quem de fato gostaria de conversar com ele era o Coronel Ulysses, da Aeronáutica. Neste momento, ele foi preso e encaminhado para o local da prisão, o Quartel da Aeronáutica, situado no bairro da Pratinha.

Maués, alega que o fato de seu amigo Ruy Souza ter o acompanhado à Chefia de Polícia, quebrou o sigilo de sua prisão, fato este que se tornava freqüente com o decreto do Ato Institucional nº5 (AI5), como se percebe em sua fala:

Fui preso e levado por uma porta por trás, enfim, eu desconfio, muita gente pensa nisso, isso ocorreu na mesma época que estava acontecendo durante o governo militar de golpe dentro do golpe. Logo em seguida veio o AI5, então eu desconfio que eles estavam tentando fazer, na minha visão, alguma coisa sigilosa para que ninguém soubesse e me mantiveram incomunicável, só que a atitude do Ruy, quebrou esse plano deles, porque o Ruy saiu de lá e a primeira coisa que ele fez foi dar o alarme que eu tinha sido preso. Aí as pessoas começaram a se colocar em campo, um grande amigo nosso o professor Roberto Campos junto com a Angélica, começaram a me procurar e ninguém dava informação nenhuma. Foram procurar o professor, ele disse que não sabia de nada, negou. Acabaram conseguindo uma informação com o Tenente Orlando, que era um tenente da polícia, trabalhava para a polícia e ficou muito conhecido aqui em Belém, porque apesar dele ser evangélico, era ele que organizava o círio de Nazaré com um apito – e o Tenente Orlando que deu a informação que eu tinha sido preso na Aeronáutica.

É, eu não sei e nem posso saber se isso me salvou, porque na época eles estavam pegando as pessoas e dando fim, mantinham incomunicáveis e

com isso quebrada a incomunicabilidade, pois soube onde eu estava, no dia seguinte o meu concunhado, casado com a irmã da Angélica, que é uma pessoa muito extrovertida, não tem nada a ver com a política, ele é vendedor, ele foi lá no quartel, entrou, me procurou e me achou e foi lá falar comigo. Aí quando ele foi falar comigo chegaram vários soldados com metralhadora apontando para ele.

Enfim, mas ele acabou se saindo porque ele não tinha nada a ver com política. Enfim, isso tornou pública a minha prisão, mas não era para ser. Fizeram... se eu tivesse ido sozinho, nem saberiam o que tinha acontecido, o fato do Ruy ter ido comigo, permitiu que... senão eu teria desaparecido.

Uma coisa curiosa, é que eu tinha um carro nessa época, o primeiro carro 0 km que eu comprei na vida, um Corcel vermelho. Eles pediram a chave do carro e esse carro sumiu também, ele só foi encontrado, uns três ou quatro dias depois, nas mãos de um Sargento da Aeronáutica, que tinha tomado conta do meu carro, tava com ele. (Heraldo Maués, entrevista em outubro de 2008).

Uma informação vinda do Sul ou Sudeste do país, apontando que o Professor Heraldo Maués era participante da Ação Popular, apesar de no momento da prisão já ter se desligado do grupo, pode ter sido um dos motivos que acarretou sua prisão inesperada. Esta denúncia que transitava desde o Sul do país e aportava ao Norte, constava o nome do professor, assim como o nome de outras pessoas que residiam em Belém, e que haviam participado da Ação Popular. Devido a isso, já havia um processo instaurado contra ele previamente a sua prisão, como indica sua narrativa:

(...) fui preso, fiquei incomunicável, entre aspas, por algum tempo. No primeiro dia eles [os militares] foram na minha casa, pegaram meus documentos, pegaram a minha agenda, com isso eles conseguiram achar um colega nosso que também tinha participado da AP, o Roberto Valente, engenheiro, ele também foi preso e foi colocado junto comigo. Fomos torturados, fomos espancados. A gente não sabia, pois tanto eu quanto ele tínhamos saído da AP há muito tempo.

Depois é que eu fui saber o que aconteceu. Fiquei sabendo mais tarde quando fui libertado e ele também e havia já todo um processo contra mim, contra ele e contra a Elisa Vianna e contra a Almerinda e contra o Sérgio... que eram as pessoas que participavam da cúpula da AP em Belém. Nós nos reunimos durante um período na casa do Valente clandestinamente, até que chegou um momento em que eu me retirei, quando a AP virou Guerrilha, tendo me retirado eu não sabia mais o que estava acontecendo, eles também haviam se retirado, depois eu soube, porque não tinham interesse em continuar, não era o que eles pretendiam. Mas todos nós fomos... e provavelmente, eu fiquei sabendo disso depois do processo, que havia uma denúncia feita no Sul, no Sudeste, não sei, fora daqui, as informações eram um tanto vagas: “Procurar Dr. Maués, que trabalha nos Correios”.

Eu trabalhava nos Correios, era uma coisa assim que eles não sabiam muito bem e isso coincidiu com o início da Guerrilha do Araguaia, eu estou especulando, e como a AP havia se transformado em marxista-leninista junto ao PC do B e a Guerrilha do Araguaia estava patrocinada pelo PC do B, eu suponho que eles achavam que nós tínhamos ligação com a Guerrilha do Araguaia.

Eles fizeram mil perguntas que eu não sabia responder, nem eu e nem o Valente. A pior coisa quando você é preso em uma situação destas, é

you não saber... quando você é militante político está agindo, atuando, você tem treinamento para enfrentar estas situações . Quando você está fora, totalmente fora, fica sem saber o que acontece. (Heraldo Maués, entrevista em outubro de 2008).

Tais falas demonstram que com o tempo a intensificação do Regime Militar foi tornando cada vez mais difícil a convivência pública dos estudantes e dos grupos artísticos no espaço urbano. Percorrer o centro da cidade, tarefa comum a alguns interlocutores, ia ficando cada vez mais difícil, pois os núcleos de informação militar ficavam na área central de Belém.

Os eventos públicos ou mesmo a tentativa de dar continuidade a projetos em comum ficavam impossibilitados. Porém, estrategicamente percebemos que, os sujeitos fazendo uso de criatividade e de tráfico de informações sobre as ações militares, às vezes acabavam sendo bem sucedidos em suas ações. Como vemos no relato do Padre Cláudio Barradas, avisados de um possível “assalto militar” (Reis, 2007), alguns estudantes mudariam o local do show, desviando a atenção dos policiais e oportunizando assim o acontecimento do evento.

Já nas narrativas do professor Heraldo Maués fica perceptível que, para aqueles sujeitos ex-militantes políticos ou ex-participantes de grupos estudantis de esquerda era mais difícil obter informações, pois como já estavam ausentes das redes sociais que configuravam os movimentos/grupos estudantis/políticos, o tráfego de notícias era quase inexistente, o que não possibilitava a precaução em caso de prisões, ou mesmo, o fato do sujeito estar ciente de que estava sendo espionado. Tanto que, somente após a sua libertação é que ele foi saber acerca dos possíveis motivos de sua prisão e, de forma muito vaga, como ele mesmo atesta na descrição do momento que vivenciou.

O AI5 foi uma medida política tomada pelos militares golpistas, que aos poucos foi tornando legais as investigações militares mais veladas, assim também como as prisões. O que dificultava os parentes de presos políticos e dos presos políticos desaparecidos saberem o que havia ocorrido com estes, ou mesmo de saberem o porquê de suas prisões.

Paes Loureiro em sua fala contextualiza a intensa dificuldade de dar continuidade a sua vida pública, pois quase sempre durante uma tentativa de reunir-se aos seus conhecidos, acabava por ser preso. A tentativa de não comprometer os próprios companheiros foi apontada como motivo de isolamento a que ficou sujeito, uma vez que chamava para si a atenção dos militares, comprometendo, assim, as suas relações pessoais.

Mapeando paisagens e poder

No Rio de Janeiro, mais especificamente no dia primeiro de abril de 1964, ocorreu a destruição da sede da UNE em uma situação que lembra a invasão da União Acadêmica Paraense, cuja destruição do prédio daria lugar a um empreendimento do setor hoteleiro. No caso do prédio da UNE houve um incêndio. Anos depois, na década de 80, estudantes se reuniram em frente ao prédio que se localizava no Flamengo, em protesto contra a demolição total do prédio. Atualmente a UNE tenta reaver o terreno através de uma ação judicial em que pede a tomada de posse do local, onde funciona atualmente um estacionamento.

A imagem abaixo mostra uma cena do incêndio ocorrido no prédio da UNE. O depoimento do ator Carlos Vereza à jornalista Jalusa Barcellos (1994) ilustra um pouco deste momento:

Com o prédio pegando fogo, já no meio das labaredas, fomos nós três: Vianinha, João e eu. Tivemos que botar uma escada para pular pelo muro dos fundos e havia uma verdadeira torcida nos prédios vizinhos. Lembro-me de dois velhos: um nos chamava de filhos da puta, outro nos orientava por onde era melhor pular. (Depoimento de Carlos Vereza, In: Barcellos, 1994: 132).

O incêndio do prédio da UNE (Rio de Janeiro) e a invasão e destruição do prédio da UAP (Belém) são formas de demarcar simbolicamente o poder, por parte dos militares golpistas e daqueles segmentos da elite, da igreja e da classe média que os apoiaram. Destruir⁶ essas construções indica a tentativa de aniquilar da memória dos sujeitos os seus vínculos simbólico-afetivos com esses espaços, de forma também a construir o esquecimento dos fatos que ali ocorreram, bem como das vivências cotidianas dos sujeitos que habitaram tais lugares.

⁶ Segundo o Professor Dr. Heraldo Maués, o prédio da União dos Estudantes Secundaristas (UESC) também foi apropriado indevidamente pelos Militares Golpistas, na mesma época da apropriação do prédio da União Acadêmica Paraense (UAP). O professor relatou que acompanhou de perto este acontecimento, pois durante a época em que estudou no Colégio Paes de Carvalho foi presidente do Grêmio do Colégio, desta forma frequentou bastante essas instalações, o que pode ter evocado suas memórias. Ele também relatou que, a sede da UESC era localizada na Av. São Jerônimo, atual Av. Governador José Malcher, mesma Avenida do prédio da UAP, porém não soube me precisar o perímetro e também não foi possível encontrar nenhuma notícia dessa desapropriação nos jornais da época que foram pesquisados.



Além da apropriação indevida da sede da União Acadêmica Paraense, como também do prédio da União Nacional dos Estudantes, algumas políticas de revitalização do espaço urbano em Belém, promovem a tentativa de aniquilação de memórias acerca dos espaços de exercício do poder ditatorial, considerados importantes para os sujeitos que narram o Golpe de 64 na cidade de Belém.

Halbwachs (2006) considera que o contexto espacial – para o nosso caso, uma espacialidade do lugar da tortura - está diretamente relacionado ao grupo, ou as atividades coletivas existentes em determinados lugares. Desta forma, os lugares também demarcam espacialmente as memórias dos grupos e suas vivências, considerando que o espaço transcende as qualidades materiais e físicas, as quais são importantes para a construção dos sentidos, conseqüentemente da imaginação e do pensamento. As memórias podem ter como pano de fundo a lembrança destes espaços.

Se, entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir casas, seu bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, segundo um plano diferente – mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações que se estabelecem entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele (Halbwachs, 2006: 163).

As palavras do autor permitem uma reflexão sobre o fato das memórias que eram recordadas durante as entrevistas, quase sempre iam suscitando a necessidade de ligar um acontecimento a certo lugar. Estes lugares quase sempre eram apontados como uma necessidade de materializar a imagem do momento vivido outrora. Portanto, deixar ruir um prédio de importância para o movimento estudantil da época, apropriar-se dele e depois vendê-lo para uma empresa, configura uma tentativa de demarcar simbolicamente o poder de um grupo oposto àquele que ali viveu experiências outras, que não aquelas dos militares.

As casas de uma rua, as suas calçadas e os ambientes internos de uma construção alicerçam a memória, dão vida a sua continuidade. Quando passamos em um ônibus pelas ruas e avistamos um local importante da infância ou mesmo da juventude, parecemos rememorar o que vivemos ali. Quando a cidade vai se tornando um espaço em que não nos vemos, não encontramos aquela praça que brincamos, ou aquela casa que passamos nossa infância, perdemos também alguns referenciais que enlaçam/conectam nossas memórias aos lugares praticados (Certeau, 1994). Ou seja, a memória não é apenas uma abstração ela tem vida material que sustenta nossos esquecimentos e lembranças.

A socióloga Sharon Zukin (2000) traça uma discussão sobre as paisagens urbanas pós-modernas, revelando dimensões peculiares de uma lógica capitalista e a sua influência sobre a paisagem urbana contemporânea. O capital apropria-se do espaço, pois este é considerado como derivado da ação humana capaz de transformar a natureza, ou ainda, produto da cultura. Sendo assim, a apropriação do espaço é uma estratégia de apropriação cultural, movida também pelo consumo. Quando vemos um local considerado histórico, que faz parte do patrimônio de uma cidade, como por exemplo, um casarão antigo - no qual tenha morado uma família nobre - se transformar em um restaurante de última moda, temos o processo em questão evidenciado. A prisão secular do centro da cidade de repente é desativada e se transforma em um grande comércio de jóias⁷. Estas apropriações do capital são compreendidas por Zukin (2000) como:

(...) uma paisagem urbana pós-moderna também diz respeito à restauração e à renovação de antigos lugares, à sua abstração lógica do capitalismo industrial ou mercantil, e à sua renovação como espaços de consumo de última moda, por trás das paisagens de ferro fundido ou de tijolos vermelhos do passado. (Zukin, 2000: 82).

⁷ Estamos nos referindo ao Espaço São José Liberto que outrora foi o Presídio São José.

Durante a pesquisa de campo levantamos questões sobre quais espaços da cidade eram importantes na época e que, atualmente, causam uma lembrança de medo ou terror entre os interlocutores desta pesquisa. Duas respostas foram significativas para a análise que estabelecemos neste artigo. Uma delas veio do professor Heraldo Maués, que falou sobre o nome do póstumo reitor Silveira Neto conferido ao campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), no bairro do Guamá, situado na cidade de Belém, cujo nome foi dado em sua homenagem. A imagem do busto do antigo reitor está presente na entrada do campus.



(...) Uma das pessoas mais ligadas à Ditadura, que mais perseguiu pessoas aqui nessa Universidade, foi o antigo Reitor Silveira Neto.

Eu não sei por que, se eu tivesse tido a oportunidade de protestar, eu teria protestado, na época em que tentaram dar o nome dele ao campus. (Heraldo Maués, entrevista em outubro de 2008)

Cabe lembrar que esse reitor, segundo os interlocutores, apoiou o

regime ditatorial e acatava as ordens vindas por parte dos militares para caçar e expulsar professores, alunos, bem como para não contratar mediante concurso, determinados indivíduos que já tivessem passado pelas prisões militares. Desta forma, esta fala nos revela que “a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (...) e ordenada pelo poder dessas instituições.” (Zukin, 2000: 84).

As relações de poder entre os grupos também são demarcadas por estes processos de mudança e re-significação das paisagens. Cada grupo que vivencia um espaço ou um lugar imprime a sua marca nele, dando sentido e comunicando algo aos que passam, mesmo que sutilmente. Um olhar atento ou conhecedor da história percebe estas sutis ou agressivas mudanças com relação ao espaço - seu aniquilamento, ou mesmo, a sua mudança de sentido quanto ao que é vivido e praticado em seu interior.

Retornando ao exemplo da União Acadêmica Paraense (UAP) e a posterior construção de um empreendimento no setor de hotelaria, apresentamos um mapa como

forma de situar e demonstrar a dimensão espacial do território que compreendia a União Acadêmica Paraense, na Avenida Governador José Malcher, a fim de refletirmos sobre o “esquecimento” de um local, do ponto exato onde este se encontrava é resultado de um silenciamento significativo, estrategicamente elaborado.



A parte em vermelho do mapa é o local onde hoje se situa o prédio do Hotel Regente, percebe-se a existência de quatro casas, uma delas era a União Acadêmica Paraense. Durante as entrevistas indagamos se alguns dos entrevistados poderiam

apontar qual seria a casa da UAP. O professor Heraldo Maués não recordou. Já o professor Paes Loureiro disse que a casa deveria ser a primeira à direita, pois a mesma era mais próxima do quarteirão da Travessa Rui Barbosa.

O mapa em questão é da Secretaria de Planejamento do Pará (SEPLAN/PA) e da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, dos anos entre 1977-78. Na década de 80 o prédio do Hotel Regente seria construído na área em vermelho. Não temos notícias de como ocorreu a transação da venda das casas para a construção do estabelecimento. O que consta pelos relatos dos entrevistados é que a União Acadêmica Paraense funcionou até meados de 1969 neste local. No diálogo com Cláudio Barradas, ele afirmaria que ali teria sido um Tribunal Militar. No livro “1964. Relatos Subversivos (2004)”, a narrativa de um dos estudantes da época do Golpe, Isidoro Alves⁸, que narra suas memórias no livro, chamou a atenção para o funcionamento de um Órgão Militar no local, o que confirma a fala de Barradas, como vemos:

(...) a sede da UAP se tornou por uns tempos residência de um Comando da Polícia Militar, mas depois foi derrubada e deu lugar a um hotel. Era um prédio público e tanto quanto a sede da UNE, o governo militar procurou destruir “fisicamente” esses símbolos dos movimentos civis. (Alves, 2004: 164).

No jornal a Folha do Norte, foi possível encontrar o endereço do prédio, contendo o número do estabelecimento, que estava situado no número 509. O mapa não tinha mais as especificações numéricas das casas que compreendem o terreno do hotel, há somente o número deste no espaço das quatro casas, o que dificultou apontar com exatidão o local da casa. A mudança da funcionalidade de um espaço seja após um processo de restauro, ou mesmo, em uma situação em que um prédio cai ou é demolido para a abertura de um estabelecimento comercial, implica um processo denominado de *gentrification*, que segundo Leite (2007: 19-20), designa “a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais.” O processo de *gentrification* torna o patrimônio uma mercadoria cultural, sendo a iniciativa privada o agente desta mercantilização. O Estado, muitas vezes, ao gerir o patrimônio acaba tomando atitudes coniventes a esta despolitização do espaço, tornando-se assim o

⁸ Isidoro Alves em 1964 era acadêmico do curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Pará. Posteriormente tornou-se doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/RJ, foi professor em diversas universidades, tendo ainda, atuado no Museu Emílio Goeldi/PA. Durante a pesquisa de campo não foi possível entrevistá-lo, apesar de ter sido apontado como um dos participantes da rede dos entrevistados.

cidadão um consumidor destes espaços sem ter a noção da profundidade das camadas de memória que ele detém, subsumidas pelo fantasma do esquecimento. Como vemos:

(...) as políticas culturais e as práticas sociais que segregam esses espaços para consumo não contribuem necessariamente para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos, da mesma forma que não impedem que novas formas cotidianas de apropriação políticas do *lugares*, marcadas pela publização e politização das diferenças, qualifiquem estes espaços como *espaços públicos*.

Entendo aqui o espaço público como uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam lugares, cujos usos das demarcações físicas e simbólicas nos qualificam e lhes atribuem sentido de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Enquanto espaço de poder, o espaço público não está imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social.” (Leite, 2007: 23)

Particularmente compreendemos esta apropriação e transformação do espaço da UAP como parte deste processo de *gentrification*, demonstrando tais assimetrias oriundas do exercício de poder em relação a um espaço determinado. O espaço público por si só não negligencia as identidades, os universos que pertenceram ou pertencem a este, devido a uma vivência do mesmo. No entanto, nota-se que as novas formas de apropriação do espaço tendem a modificar os seus sentidos relacionados às comunidades afetivas que interagem (ou interagiram) com ele.

Para o professor Paes Loureiro a reforma do local onde era a 5ª Companhia de Guarda, o antigo Forte do Presépio e também antigo Hospital Militar, hoje a atual Casa das Onze Janelas, é um exemplo de espaço que foi re-significado quanto ao seu uso e transformação material. Um lugar que outrora foi uma cadeia, onde pessoas foram torturadas, ou mesmo um lugar de tensão entre índios e colonizadores durante a conquista das terras amazônicas, foi reconfigurado como um espaço de lazer e consumo.

Até hoje eu tenho muito mal estar, por exemplo, ali na famosa Casa das 11 Janelas, que foi transformado num lugar festivo, quando ali foi um lugar de prisões, de torturas, um lugar, digamos assim, um dos pólos de atuação da fase militar (...) mais duras e que isso ficou esquecido pela restauração do prédio, ficou completamente digamos assim, como passando uma borracha em cima. Não há um registro das pessoas que foram presas nos

lugares
e onde
eram
as
celas
que a
gente
ficava
preso,
e lá eu
sofri



torturas no sentido de tapas na cara e ameaças, de não deixar dormir a noite inteira, exatamente o lugar onde é o restaurante hoje. Ali quando a gente entra, naquela porta da esquerda era a porta das celas onde a gente ficava... Os banheiros também, eram contíguos. Você tinha a continuidade do chão, que após um esboço de porta, você tinha as privadas, que eram daquelas privadas cavadas no chão mesmo, para você ficar acorçado nela. Então tudo isso, que é uma marca forte da história, ficou anulado ali e que um prédio com esta significação histórica foi transformado num prédio de puro lazer festivo para benefício de empresas particulares (Paes Loureiro, entrevista em setembro de 2008).





Mais uma vez percebe-se que há uma demarcação estratégica do espaço, de forma que, as forças do poder que se sucedem tentam de alguma forma gerar no espaço transformações referentes às concepções ideológicas, que alicerçam suas ações e que imprimem simbolicamente na cidade a força que possuem. Neste caso específico, locais que relembram as prisões, a tortura e a convivência de certos grupos, têm, aos poucos, expropriados os seus significados, ajudando, assim, a propiciar uma espécie de esquecimento coletivo em torno das imagens terríficas da Ditadura Militar na cidade de Belém.

Considerações Finais

Consideramos que este artigo contribui para compreensão de uma parcela importante da memória obscura relativa ao Golpe Militar de 1964 na cidade de Belém, para tanto, fizemos uso da etnografia e das entrevistas como recurso metodológico para o entendimento de aspectos desse período histórico à luz das memórias daqueles que sofreram com as ações do Golpe de 64. Procuramos mostrar como o episódio em questão se refletiu na história de vida de cada um dos personagens entrevistados, especialmente na sua juventude no contexto belenense, contribuindo também para contextualizarmos aquele momento na própria história do país.

Nossa intenção foi contribuir com um olhar sobre a cidade de Belém, no contexto do Golpe de 64, visando trazer à tona memórias “esquecidas” e silenciadas de personagens que naquele momento faziam parte tanto dos movimentos artísticos da cidade quanto dos movimentos estudantis.

A partir dos relatos colhidos através de diálogos e entrevistas, as memórias sobre o Golpe iam sendo suscitadas, indicando que elas se situam para além de fatos ocorridos neste contexto. As narrativas evocam fortes imagens, capazes de auxiliar-nos a recompor paisagens de outrora referentes aos acontecimentos vivenciados no cotidiano dos entrevistados no mundo urbano belenense.

As paisagens que atualmente não são mais existentes no contexto da cidade de Belém, seja pela mudança espaço-temporal e modificação do cotidiano em si, ou mesmo pela destruição dos prédios e espaços, emergem pela força evocadora das narrativas como potência subterrânea das imagens relativas à cultura do terror (Taussig, 1993) impetrada pela experiência ditatorial em solo amazônico.

Questões como o terror, o medo, a tortura e as privações foram trazidos durante os relatos, sendo capazes de reconstruir “paisagens do medo”, nas quais os lugares são simbolizados como espaços de encarceramento e aflição. A própria cidade de Belém vai ganhando outra conotação diante das falas dos interlocutores, onde a vida tranqüila, o passeio freqüente nas ruas, relatados no prenúncio ao Golpe Militar vão sendo modificados por relatos que expressam o receio de sair nas ruas, ou mesmo a interdição dos espaços, que antes de tal incidente eram comuns de serem freqüentados por estes grupos.

Desta forma, a etnografia também foi um recurso de extrema importância para que percebêssemos que os espaços (ruas, prédios, bairros) vivenciados outrora, pelos interlocutores deste trabalho, sofrem uma forma de aniquilação simbólica por parte de grupos específicos que atuam na cidade, transformando-a. Fato este que podemos perceber quando esses espaços – e a sua aura sutil, porque sensível – de onde deriva uma memória dos lugares, são remodelados e re-significados em decorrência do processo de *gentrification*. Como vemos no caso da destruição do prédio da União Acadêmica Paraense (UAP), dando lugar a um hotel, ou mesmo o caso da Casa das Onze Janelas, lugar onde fora o Quartel da 5ª Companhia de Guardas durante o período ditatorial, uma prisão onde alguns dos entrevistados estiveram presos e foram torturados, e que hoje ironicamente dá espaço a um local de lazer da cidade.

Essa aniquilação física dos espaços (e a sua redefinição de uso), no entanto, não constitui a perda simbólica da memória do lugar para aqueles que relembram o período e que vivenciaram a sua dimensão tenebrosa de tortura e medo. Os interlocutores deste artigo praticaram os lugares tanto no cotidiano pré-Golpe quanto como espaços de produção/elaboração de uma experiência de terror.

As tentativas de aniquilamento das memórias sobre Golpe de 1964 persistem, mas não as eliminam, pois os relatos dos interlocutores da pesquisa demonstram que a antropologia pode sim construir um espaço dialógico com o Outro, a fim de mediante as suas narrativas possam rememorar e elucidar uma parte silenciada da história recente do país, uma vez que ainda há muitos que tentam reconstituí-la, como forma de reencontrar a si mesmos e de resistir ao esquecimento, muitas vezes imposto, que parece oscilar entre as formas brutais e devastadoras às formas sutis e quase imperceptíveis.

Referências

- BALÉE, William. In: “Transformação da Paisagem e mudança da língua: Um estudo de caso em Ecologia Histórica amazônica”. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. ORGS: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: Uma História de Paixão e Consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BENJAMIN, Walter. In: *O Narrador. Os Pensadores: Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- LOUREIRO, João Jesus de Paes, outros autores. *1964. Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. dos Autores, 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: UNESP, 2005.
- ZUKIN, Sharon. In: *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. O espaço da diferença*. Antônio Arantes (org.). Campinas: Papyrus, 2000.

Mídia Impressa

FOLHA DO NORTE. *Congresso Estudantil: Desde Depois das 15 horas de ontem a Polícia guardava o prédio da UAP*. (p.12) Belém: 01/04/1964. Belém, 01/04/1964. Número: 30.801

_____. *Contingente Militar acabou a reunião dos estudantes.* (p.14)
Belém, 02/04/1964. Número: 30.803

Internet

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acessado: 1/12/2008

REIS, Nicole Isabel. In: Deu prá ti anos 70: rede social e movimento cultural em Porto Alegre sob uma perspectiva de memória e geração. *Iluminuras - Patrimônio e identidade: a imaterialidade restituída à transgeracionalidade da vida*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, nº18, 2007, p. 3-27. Disponível em: <http://www.biev.ufrgs.br/pdf>. Acessado: 26/01/2009

Índice de Imagens

Imagem 1 – Frente do Prédio da União Acadêmica Paraense – UAP. Localizada na Av. Governador José Malcher, nº 509. Hoje não há mais esta numeração no trecho, devido à construção do prédio do Hotel Regente, que ocupou o espaço de quatro casas ali existentes. Fonte: Jornal Folha do Norte.

Imagem 2 – Parte interior da UAP: Destroços do material existente no interior da casa. Fonte: Jornal Folha do Norte.

Imagem 3 – Parte interior da UAP: Destroços do material existente no interior da casa. Fonte: Jornal Folha do Norte.

Imagem 4 – Prédio da UNE localizado no bairro do Flamengo – RJ. Foto da ocasião do incêndio. Fonte: Google Imagens.

Imagem 5 – Hotel Regente. O prédio de maior dimensão que aparece na imagem, repleto de pequenas janelas, tendo em sua frente alguns carros estacionados. Está localizado na Avenida Governador José Malcher, antiga “São Jerônimo”, entre as ruas Benjamin Constant e Rui Barbosa. O local abrigou quatro edificações, dentre elas o prédio onde funcionou a União Acadêmica Paraense. Foto: João Veloso – Artista Plástico/Restaurador IPHAN/Belém. Ano: 2008.

Imagem 6 – Busto do Reitor Silveira Neto. Em 2008 o Campus da UFPA tornou-se Cidade Universitária, tendo um novo regimento interno. Em homenagem ao antigo Reitor Professor Silveira Neto, foi dado ao Campus UFPA - Belém o seu nome e colocado na entrada principal do Campus um busto do então Reitor. Fonte: Google Imagens.

Imagem 7 – Mapa – Levantamento Aerofotogramétrico da Área Metropolitana de Belém. ESC: 1:100. 1977/78. Por: Território S/A. Para: SEPLAN/PA. CODEM. Cópia: Arquivo IPHAN/Belém.

Imagem 8 - Hospital Militar. Localizado no bairro da Cidade Velha, hoje abriga a Casa das Onze Janelas. Abrigou anteriormente a 5ª Companhia de Guarda, onde, na época da Ditadura Militar, foram presos alguns dos interlocutores da pesquisa. Fonte: Arquivo IPHAN/Belém.

Imagens 9/10/11 – Casa das Onze Janelas. Localizada no bairro da Cidade Velha. É um complexo que faz parte do projeto de revitalização chamado “Feliz Lusitânia”. Projeto da Secretaria de Cultura do Estado do Pará, idealizado e executado durante a gestão do ex- Governador Simão Jatene, pelo então Secretário de Cultura do Estado do Pará Paulo Chaves Fernandes. Fotos: Philipe Sidartha Razeira.